

## ***MUDANÇAS NO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL – UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOBRE SUA FORMA DE ATUAÇÃO***

Vanessa Petrelli Corrêa e Fabiana Mitiko Adati

### ***RESUMO***

Neste trabalho buscamos detectar se houve uma mudança de perfil de atuação do Sistema Bancário Nacional nos últimos anos, especialmente após a queda da inflação e à medida que foi mudando a estrutura de propriedade do mesmo. Para tanto, estuda-se a forma de atuação dos bancos, através da análise dos principais componentes de suas contas patrimoniais e de resultados. Ou seja, analisa-se as principais aplicações e principais fontes de ganhos durante o período 1994/2000.

Nossa argumentação é a de que, apesar das mudanças que ocorreram - que consideramos como sendo mudanças institucionais – não houve modificação em algumas características constitutivas do Sistema, como a de o mesmo se centrar em operações de curto prazo e de se voltar para ganhos especulativos articulados à prática de cobrança de altíssimas taxas de juros reais positivos em detrimento da oferta expansionista de empréstimos.

### ***INTRODUÇÃO***

O objetivo desse trabalho é o de analisar as mudanças institucionais recentes verificadas no Sistema Bancário Nacional, especialmente pós-Plano Real e verificar se esta nova estruturação teve impactos sobre a lógica operacional de funcionamento do Sistema. Ou seja, verificar se, com a nova configuração que se efetivou, mudou a forma de atuação dos agentes bancários privados no sentido de uma maior oferta de créditos.

Metodologicamente faremos o recorte do Sistema Bancário Nacional levantando especialmente o comportamento dos bancos privados<sup>1</sup> – nacionais e estrangeiros - pois, o nosso intuito é verificar se houve uma mudança no comportamento dos agentes que tem como foco principal a busca da maior lucratividade possível. Ao tratar do Sistema Bancário estamos considerando-o enquanto conjunto de instituições que participam do processo de criação de moeda na economia, recebendo depósitos à vista: Bancos Comerciais, Bancos Múltiplo, Caixas Econômicas e Sociedades Cooperativas de Crédito.

Iremos estudar a forma de atuação do Sistema Bancário através da análise dos principais componentes das contas patrimoniais e de resultados dos bancos. Analisaremos as principais aplicações e principais fontes de ganhos durante o período do 1994/2000.

Iniciaremos o artigo levantando brevemente as principais mudanças que ocorreram no que tange à estrutura de propriedade do sistema, para destacar o crescimento da participação mais direta dos bancos estrangeiros e menor participação dos bancos públicos. A seguir, iniciaremos então a

---

<sup>1</sup> Dentro dos bancos privados nacionais são considerados os bancos comerciais e múltiplos privados nacionais e privados com participação estrangeira. Para os bancos privados estrangeiros se consideram os bancos comerciais e múltiplos, filiais de instituições estrangeiras e com controle estrangeiro.

análise dos dados estudando a atuação dos bancos privados por segmentos, separando a atuação dos bancos estrangeiros daquela dos Bancos Privados Nacionais.

Nossa argumentação é a de que, apesar das mudanças que ocorreram - que consideramos como sendo mudanças institucionais - não houve modificação em algumas características constitutivas do Sistema, como a de o mesmo se centrar em operações de curto prazo e de se voltar para ganhos especulativos articulados à prática de cobrança de altíssimas taxas de juros reais positivos em detrimento da oferta expansionista de empréstimos. Mais do que isto, a lógica especulativa do sistema pode ser ainda mais forte, pois os bancos estrangeiros são mais agressivos do que os nacionais, quando se trata da especulação com câmbio e com títulos e valores mobiliários.

### ***1- MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: ABERTURA FINANCEIRA E MUDANÇA DO PERFIL DE PROPRIEDADE***

O Sistema Financeiro Nacional, nesses últimos anos, sofreu mudanças institucionais significativas: verificando-se uma redução da participação dos bancos públicos e um crescimento na participação dos bancos estrangeiros.

Colaboraram para o novo desenho do Sistema Financeiro Nacional, tanto elementos externos quanto elementos internos. Ou seja, mudanças da conjuntura externa, que determinaram transformações no Sistema Financeiro Internacional tiveram influência na nova configuração do Sistema Financeiro Nacional. Além disso, mudanças na própria conjuntura interna explicam tais transformações.

No que se refere aos fatores externos destacam-se as crises bancárias ocorridas em vários países ao longo dos anos 90, que têm levado à concentração desse setor que e que tem levado a que os bancos internacionais adotem novas estratégias (Vasconcelos, Strachman & Fucidji, 2000; Aronovich, 1999). Dentro desse contexto, ocorreram fusões e aquisições entre instituições financeiras e não-financeiras, dentro e fora das fronteiras nacionais. Bancos menos robustos foram extintos sendo que aumenta a concorrência entre grandes bancos e mesmo entre eles e instituições não-bancárias que passam a atuar em áreas que eram de exclusividade do sistema bancário (Cintra, 1998). Paralelamente os bancos também têm que se defrontar com o fato de que se reduziram as barreiras que contrapunham as operações de mercado de crédito e de capitais.

A análise dos principais movimentos do Sistema Financeiro Internacional, bem como do movimento concorrencial dos grandes bancos internacionais em resposta ao novo cenário das finanças internacionais constituíram-se como elementos que influenciam nas mudanças sofridas pelo nosso Sistema Financeiro, na medida em que a pressão concorrencial levou a que bancos

internacionais se dirigissem para a busca de novos mercados e novas formas de atuação. Neste contexto fenômenos como securitização, globalização e pressão para a abertura das economias são elementos externos que ajudam a explicar o crescimento da presença dos bancos estrangeiros na América Latina nos últimos anos (Calderón & Casilda, 1999; De Paula 2001).

Em relação aos fatores internos que levaram a transformações do Sistema Financeiro doméstico, há que se destacar o processo de abertura comercial e financeira do país e a queda da inflação resultante da implantação do Plano Real.

Considerando a perspectiva acima, o Plano Real promoveu o controle da inflação e assim houve a necessidade de readequação do Sistema Bancário, que até então tinha no *floating* uma grande fonte de receita. A perda desta fonte de ganho obrigou o Sistema Bancário a um ajuste operacional. Os bancos mais bem estruturados mudaram a composição de sua estrutura de captação e de aplicação, enquanto que os bancos que não conseguiram se reestruturar passam a enfrentar dificuldades (Puga 1999; De Paula, Alves Jr. & Marques, 2000; Corazza, 2000). Esta reestruturação envolveu o Sistema como um todo, englobando bancos públicos e privados.

Então, dentro do contexto do impacto da queda da inflação e do movimento de abertura aos bancos estrangeiros é que se estabelecem movimentos no sentido de mudar a configuração do Sistema Financeiro Nacional.

Para ajudar no ajuste do Sistema Bancário se estabeleceram os programas PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e PROES (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual), capitaneados pelo Governo para intervir nos ajustes dos bancos privados nacionais e públicos.

Este processo levou à dissolução de alguns bancos, tanto privados quanto públicos e a movimentos de fusões e incorporações. A entrada dos bancos estrangeiros se dá de forma articulada a estas ocorrências, sendo que se verificou através de brechas legais na legislação vigente. O ingresso dessas instituições foi possibilitado legalmente pelo Artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, que autoriza a entrada de bancos estrangeiros resultante de acordos internacionais, de reciprocidade ou “de interesse do governo brasileiro”. Esta última opção (o “interesse”) acabou sendo a porta legal através da qual os referidos bancos puderam entrar em nosso Sistema Financeiro.

A partir deste mecanismo legal, o ingresso destas instituições tem sido possibilitado: pelas associações com bancos nacionais; através da instalação direta de agências ou aquisição do controle acionário de entidades nacionais. Logo, este ingresso esteve em grande parte relacionado às atuações do próprio PROER e PROES.

Destaca-se como um dos componentes importantes deste processo a mudança da composição da estrutura de propriedade do Sistema Bancário. O processo de fusões vem então acompanhado: i) da redução da participação dos bancos públicos, especialmente dos bancos estaduais, pois muitos destes são extintos ou transformados em agências de fomento; ii) do aumento da participação dos bancos estrangeiros.

**TABELA I – PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NO PATRIMÔNIO DA ÁREA BANCÁRIA (%)**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Jun-00	Dez-00
<b>Bcos com Controle Estrangeiro</b>	9,57	13,08	10,29	14,29	21,86	25,46	25,77	28,31
<b>Bcos Privados Nacionais</b>	55,63	49,21	55,32	51,82	49,75	46,69	46,60	50,33
<b>Bcos Públicos (+ Caixa Estadual)</b>	11,06	12,41	12,40	11,49	11,35	11,10	10,87	5,66
<b>C.E.F.</b>	5,27	12,04	8,85	9,09	5,42	5,22	5,15	3,82
<b>BB</b>	17,76	11,82	11,87	11,76	10,03	9,73	9,79	9,89
<b>Cooperativas de Crédito</b>	0,71	1,44	1,27	1,55	1,59	1,80	1,82	1,99

Fonte: COSIF - DEORF/COPEC, BACEN.

No que diz respeito ao patrimônio das instituições sobre o total da área bancária, pela Tabela I podemos verificar que os bancos estrangeiros mantiveram um crescimento constante, sendo que em dezembro de 2000 eram responsáveis por 28,31% do total. Paralelamente, os bancos públicos perdem participação. Isto se verifica na medida em que houve um forte movimento de privatização e de encerramento de bancos estaduais. No caso dos bancos federais, o Banco do Brasil vê cair a sua participação no patrimônio da área bancária. Em 1994 sua participação era a de 17,7% e em dezembro de 2000 este valor cai para 9,89%.

A mudança da estrutura de propriedade no Sistema Bancário é, a nosso ver, é um dos fatores que indicam a existência de alterações na estrutura de Sistema Financeiro Nacional. Há, efetivamente, uma mudança institucional e a maior participação dos bancos estrangeiros, que passam a atuar na área de varejo é um fato a ser destacado.

O principal argumento para se permitir a abertura do Sistema Financeiro aos bancos internacionais esteve relacionado a uma lógica de desregulamentação de mercado e abertura financeira. Argumenta-se que tais instituições, por já atuarem em um mercado global, promoveriam uma modernização e consolidação do Sistema Financeiro Nacional, tornando-o mais sólido e estável, beneficiando o setor produtivo e o comércio exterior com possibilidades de alargamento de prazos e aumento de concessão de empréstimos. O seu ingresso facilitaria a oferta de financiamentos em geral, sendo que poderiam se tornar um dos propulsores do crescimento econômico (Mendonça de Barros & Almeida, 1997).

Resta saber se estas mudanças tão rápidas que se processaram dentro do Sistema Financeiro Nacional, realmente também impactaram sobre a forma de operação do Sistema, no sentido pretendido.

## **2- A LÓGICA OPERACIONAL DO SISTEMA – DO CRESCIMENTO DO CRÉDITO AO GANHO CAMBIAL**

Como se sabe, a implementação do Plano Real gerou impactos sobre a forma de atuação e o desenho do Sistema Financeiro Nacional. Para os bancos, o fim da inflação representou a necessidade de ajustes, dado que sua principal fonte de ganhos praticamente desaparecera.

Após atravessarmos os anos 80 com um longo período de baixa expansão nos créditos, esperava-se que, com a estabilização de preços os mesmos passassem a privilegiar o crescimento das operações de crédito. Tendo em vista a queda da inflação, o ajuste imediato do Sistema Bancário se deu nesta direção, de forma que a expansão do crédito se verificou no início da implementação do Plano Real.

Vários estudos constataram este dado, tais como: Puga (1999); De Paula, Alves Jr & Marques (2000); Mendonça de Barros & Almeida Jr (1997). Essa expansão de crédito tomada isoladamente e verificada apenas em relação aos anos imediatamente anteriores ao início do plano, no entanto, precisa ser qualificada. Soares (2001), por exemplo, observa que tais estudos analisaram somente o período posterior ao início do Plano Real, mas não analisaram se o crescimento do crédito no período em questão foi maior do que no período inflacionário.

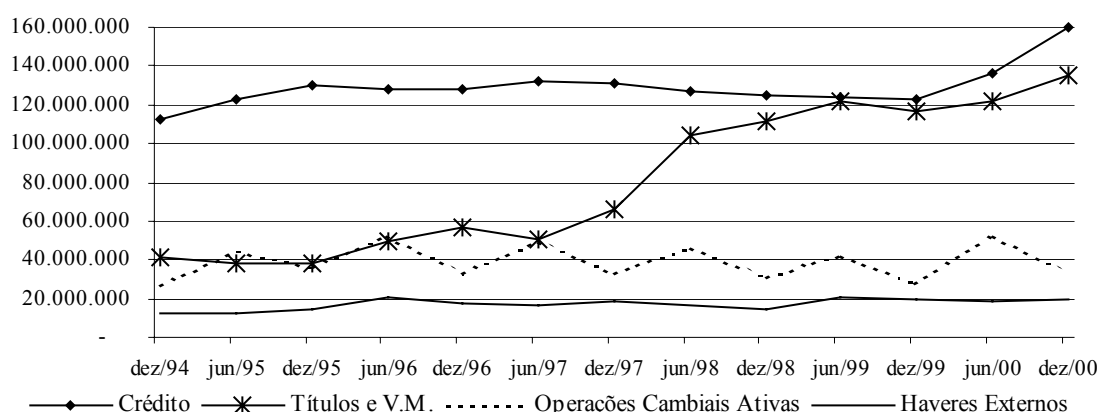
No caso do período imediatamente posterior à implantação do Plano Real, verifica-se que o aumento do crédito foi a resposta para compensar a queda dos ganhos com o *floating* (Puga, 1999; Cerqueira, 1998), no entanto, Soares (2001) qualifica estes dados, observando que, em média, os créditos permaneceram no início do Plano em patamares semelhantes à média da década anterior.

O que queremos destacar é que este impacto inicial de expansão liberação de recursos parecia corroborar a análise de que a redução da inflação levaria a uma mudança de performance no Sistema Bancário, que começaria efetivamente a ofertar empréstimos. Articulado, aliás, a este argumento se dá o movimento da permissão de ingresso a bancos estrangeiros.

Apesar dessa constatação inicial, o que levantamos é que se tomarmos um período mais amplo, se estendermos a análise até 2000, por exemplo, estes argumentos não se sustentam.

Utilizamos nesse estudo uma periodização que possibilita uma melhor verificação, do comportamento do Sistema Bancário Privado, levando em conta durante o período considerado houve uma mudança de performance. Primeiramente vejamos alguns dados agregados do Sistema Bancário Privado que nos indicam esta constatação nova para posteriormente analisar estes dados em maior detalhe.

**GRÁFICO I - SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO – PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO (Valores constantes dez/00 em R\$mil)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**TABELA II - SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO - PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO E SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%)**

	Operações de Créditos	Títulos e V.M.	Operações Cambiais Ativas	Haveres Externos
Dez/90	32,63	8,46	6,18	7,27
Dez/91	31,67	4,15	8,41	2,02
Dez/92	29,43	14,08	11,78	4,41
Dez/93	30,56	9,45	11,43	4,63
Dez/94	36,73	13,49	8,75	4,06
Dez/95	35,76	10,58	10,04	4,06
Dez/96	32,03	14,15	8,24	4,36
Dez/97	28,01	14,21	6,97	4,02
Dez/98	26,34	23,40	6,59	3,15
Dez/99	27,68	26,33	6,22	4,40
Dez/00	31,01	26,13	6,43	3,88

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

Verificando as principais contas do ativo dos balancetes agregados do Sistema Bancário Privado, que se encontram na Tabela II e Gráfico I podemos observar:

i) No período 1994/1995 aumenta a participação das operações de crédito sobre o total do ativo e cresce a liberação de crédito. As operações com Títulos e Valores Mobiliários são a segunda conta mais importante, mas com uma participação bem menor. Em 1994 as operações de crédito representavam 36,7% dos ativos e as operações com títulos, 13,4%. Esta performance começa a mudar a partir de 1996 ano em que começa a se verificar a queda de participação dos empréstimos sobre o total do ativo e uma queda dos valores liberados em operações do crédito (ainda que não expressiva).

ii) A partir de junho de 1997 verifica-se uma mudança mais drástica na atuação operacional do Sistema: as liberações das operações de crédito caem de maneira mais clara a partir daí e até 1999 (Gráfico I). Além desta questão o fato distintivo que indica uma maior mudança de performance refere-se ao grande crescimento das operações com Títulos e Valores Mobiliários. O crescimento dos valores aplicados nesta conta é de tal monta que os valores aí aplicados passam a

ter magnitude bastante próxima à das operações de crédito. Em junho de 1999 a participação das operações com títulos e valores mobiliários correspondeu a 27,68% do total do ativo, apresentando quase a mesma participação das operações de crédito, que foi de 26,33%.

iii) Em 2000 o crédito volta a crescer, só que a participação das operações com Títulos e Valores Mobiliários também aumenta, mantendo uma participação próxima daquela das operações de crédito.

Esta é a performance geral do Sistema, considerando apenas as operações ativas dos balancetes bancários do conjunto do Sistema Privado. Para entender melhor esta performance, iremos apresentar a seguir em separado os dados referentes à atuação dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros, apresentando não apenas os dados de ativo dos balancetes, como também a performance das principais contas de passivo dos mesmos, além das mais importantes contas de resultado. Analisaremos estes dados organizando-os por fases, que seguem as considerações indicadas acima.

## **2.1 – PRIMEIRA FASE - 1994-1996- Expansão inicial do crédito e os limites da mesma**

Os bancos, como os demais agentes do mercado financeiro, buscam aplicações que lhes dêem a máxima rentabilidade, sendo esta perspectiva comparada às suas expectativas face à retenção de ativos mais e menos líquidos; mais e menos arriscados.

No caso dos bancos privados nacionais, durante os anos 80 a lucratividade bancária se apoiou nos rendimentos advindos de operações com títulos públicos articulados ao *floating*. Verificava-se que este podia advir:

- i) Do fato de os depósitos à vista não serem remunerados e serem aplicados em operações ativas que, via de regra, rendem juros reais positivos.
- ii) Do fato de os demais depósitos bancários serem corrigidos a taxas mais baixas do que as das aplicações.

Com a queda da inflação estes ganhos foram perdidos e, como vimos, o Sistema Bancário se ajusta aumentando os créditos. Historicamente analisando-se este Sistema percebemos que nos momentos em que as operações de crédito apresentaram um maior risco, imediatamente procedeu-se a um reajuste de *portfólio*. Uma das características do Sistema Bancário refere-se ao fato de que estes agentes se ajustam muito rapidamente. Quando os empréstimos apresentam problemas de liquidez, o ajuste se dá na direção da aplicação em ativos líquidos: encaixes ou títulos. No caso destes últimos, buscam-se ativos com o perfil de serem quase moedas (títulos de mercado monetário). Ou seja: que sejam altamente líquidos, tendo um mercado secundário dinâmico, que tenham baixo risco e que além do mais gerem uma rentabilidade. Os ativos que mais se coadunam

com este perfil são os títulos públicos e secundariamente os títulos lançados pelos próprios bancos como os certificados de depósitos. Esta é uma performance que pode ser percebida pelos bancos em geral (Minsky, 1986).

No caso brasileiro este ajuste historicamente foi facilitado pelo perfil dos títulos públicos nacionais, que sempre tiveram alta liquidez, baixíssimo risco e alta rentabilidade. Especialmente imediatamente antes do Plano Real, quando estes títulos eram pós-fixados e através do mecanismos da captação via fundos foi possível aos bancos obter altos lucros com as Operações de Títulos e Valores Mobiliários, utilizando-se de mecanismos de arbitragem. Este é um elemento importante para a compreensão do ajuste pós queda da inflação, pois o ganho inflacionário não se referia apenas às diferenças verificadas entre as taxas de captação e empréstimos, como também se relacionava a estas operações com títulos públicos pós-fixados.

Ocorre que estes títulos, após o Plano Real, perderam parte de sua atratividade pelo fato de que a maior parte dos títulos que foram lançados pelo Tesouro Nacional passaram a ser pré-fixados. Tendo-se perdido então a possibilidade de efetuar o *floating* os bancos se ajustaram, mantendo grande parte de seu ativo na forma de empréstimos. Esta performance corresponde então ao início de implantação do Plano Real.

Neste período temos: (i) câmbio sobrevalorizado, que passa a ser controlado pelo BACEN pelo sistema de bandas cambiais; (ii) controle da inflação e, portanto a queda dos ganhos inflacionários; (iii) adoção de altas taxas juros; (iv) grande entrada de capitais externos, com forte aumento das reservas.

Os anos considerados correspondem ao início da estabilização, sendo que se volta a utilizar a moeda nacional como denominador de contratos. Um exemplo disto é o perfil dos títulos públicos que passam a ser predominantemente pré-fixados, atingindo 61% do total de títulos lançados, em dezembro de 1996. Os detentores de capitais dirigem grande parte de seus recursos para a bolsa de valores, que passou a apresentar uma rentabilidade mais interessante do que a dos títulos pré-fixados. Estes movimentos podem ser percebidos pelo crescimento do índice Bovespa (Gráfico II) e pela análise da composição dos títulos públicos (Gráfico III)

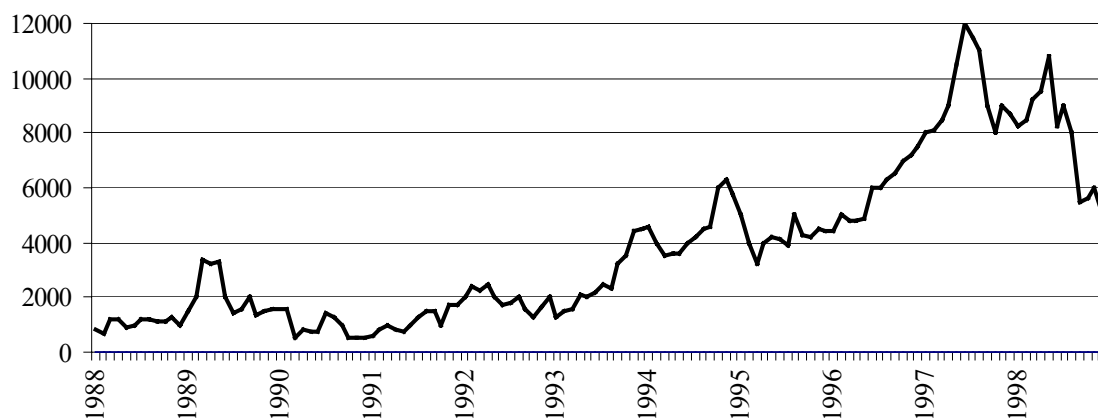
É nesta conjuntura de queda da inflação, mudança de perfil dos títulos públicos e perda do *float* que se expandem os empréstimos do Sistema Bancário. A qualificação que fazemos aqui é que o ajuste não se deu no sentido de o sistema aceitar efetuar operações mais arriscadas (as operações de crédito), por conta de se estar em um momento de maior liquidez. O ajuste, na verdade foi o que sempre ocorreu no Sistema Financeiro Nacional toda a vez que se perdeu o ganho inflacionário.

Aliás, esta perspectiva já ocorrera no período do Plano Cruzado, quando os títulos públicos federais perderam a correção monetária e se tornaram menos atrativos.



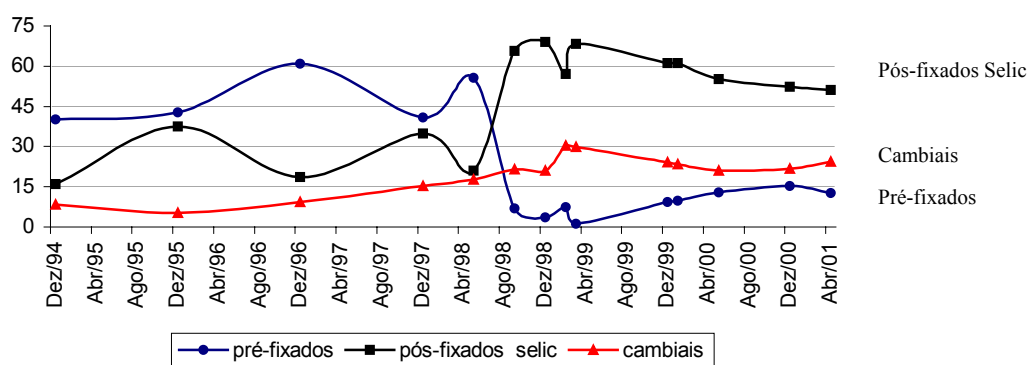
O que se destaca, então também no período em análise é alta participação das operações de crédito sobre o total do ativo. Tanto para bancos estrangeiros quanto para os bancos privados nacionais os créditos foram responsáveis neste período por mais de 33% das aplicações (Tabelas III e VI).

**GRÁFICO II - ÍNDICE IBOVESPA\* (Em US\$)**



Fonte: [site < www.IMF.com.br >](http://www.IMF.com.br). \* O Ibovespa foi dividido por 10 em dezembro/98.

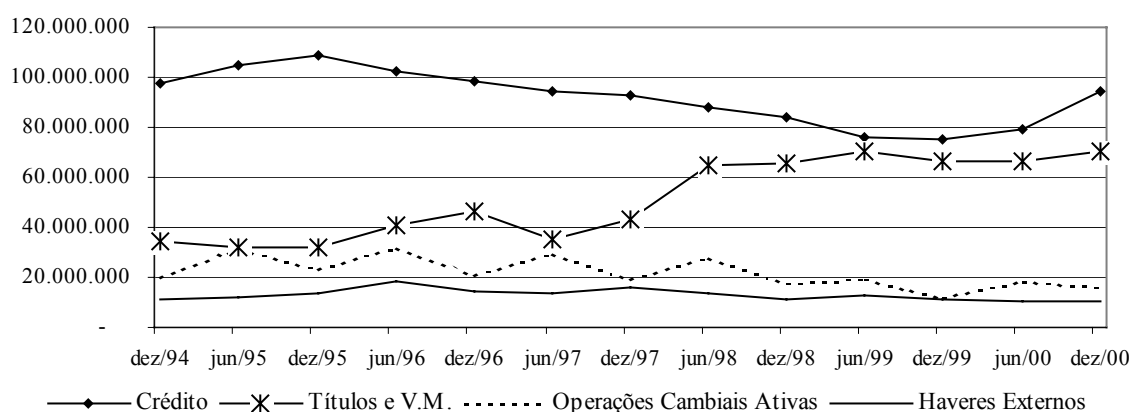
**GRÁFICO III TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES MAIS IMPORTANTES**



Fonte : Secretaria do Tesouro Nacional

Analisando-se primeiramente o segmento dos Bancos Privados Nacionais, verificamos que o crédito apresentou uma expansão: de R\$97.244.014.000 em dezembro de 1994 para R\$109.141.949.000 em dezembro de 1995. Até esta data a lógica da expansão do crédito frente às demais contas, permanece como resultante do ajuste às perdas de receita de *floating* para todo o segmento dos bancos privados (estrangeiros e nacionais). Crescem os ganhos com operações de crédito (Gráfico V) e a rentabilidade destes bancos no período 1994/1995 (Tabela V).

**GRÁFICO IV - BANCOS PRIVADOS NACIONAIS – PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO (valores constantes dez/00 em R\$mil)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**TABELA III - BANCOS PRIVADOS NACIONAIS – Ativo/ Participação das principais contas (%)**

	Operações de Crédito	Títulos e V.M.	Operações Cambiais Ativas	Haveres Externos
<b>Dez/88</b>	24,60	28,55	3,99	3,31
<b>Dez/89</b>	19,46	24,27	4,02	4,26
<b>Dez/90</b>	30,89	9,08	4,32	7,47
<b>Dez/91</b>	31,14	3,86	6,29	2,21
<b>Dez/92</b>	28,62	16,08	9,69	4,11
<b>Dez/93</b>	29,99	10,16	9,93	4,73
<b>Dez/94</b>	37,37	13,33	7,69	4,22
<b>Dez/95</b>	36,57	10,80	7,83	4,43
<b>Dez/96</b>	31,30	14,76	6,62	4,56
<b>Dez/97</b>	28,40	13,16	5,91	4,90
<b>Dez/98</b>	26,82	21,09	5,75	3,67
<b>Dez/99</b>	28,73	25,64	4,55	4,42
<b>Dez/00</b>	32,39	24,25	5,37	3,57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**TABELA IV - BANCOS PRIVADOS NACIONAIS - Passivo/ Participação das principais contas (%)**

	Obr Contas Cambiais	Obrigações Externas	Total de Depósitos
<b>dez/90</b>	0,07	5,74	34,57
<b>dez/91</b>	0,05	5,86	52,52
<b>dez/92</b>	7,96	12,26	55,25
<b>dez/93</b>	7,97	15,67	50,69
<b>dez/94</b>	7,94	12,69	52,93
<b>dez/95</b>	7,57	13,51	44,62
<b>dez/96</b>	6,80	15,35	39,93
<b>dez/97</b>	5,58	14,30	41,39
<b>dez/98</b>	5,79	13,33	47,57
<b>dez/99</b>	5,65	15,38	48,51
<b>dez/00</b>	6,38	12,40	44,37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

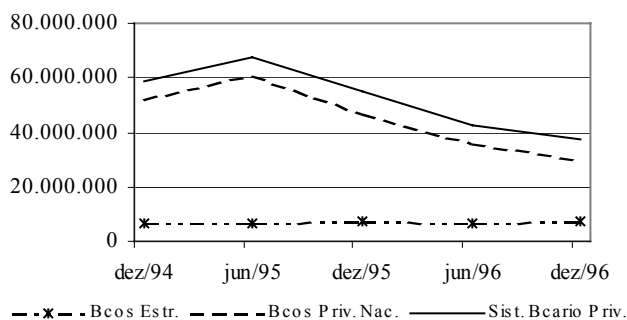
**TABELA V - RENTABILIDADE DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS (%) (Resultado do primeiro semestre de cada ano).**

Ano	jun/89	jun/90	jun/91	jun/92	jun/93	jun/94	jun/95	Jun/96	Jun/97	jun/98	Jun/99	jun/00
Rentabilidade	9,35	5,24	5,15	1,41	0,00	0,01	3,29	-7,28	9,18	5,30	10,41	6,83

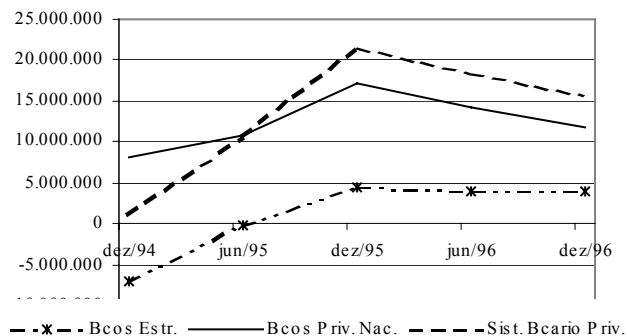
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central

**Primeira fase: 1994/1996 (Valores constantes dez/00 em R\$mil)**

**Gráfico V-Resultado com operação de crédito.**

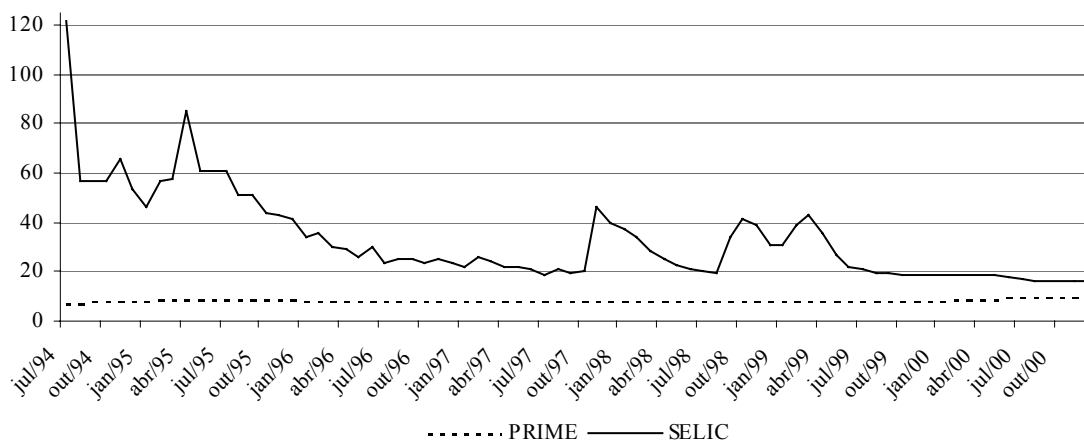


**Gráfico VI-Resultado com Títulos e V. M.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**GRÁFICO VII - TAXA SELIC E PRIME**



Fonte: BACEN.

A fragilidade deste ajuste já se fez sentir em 1995, quando o país teve que enfrentar os impactos que a crise do México gerou sobre os países da América Latina. No caso específico do Brasil estes impactos geraram um movimento de aumento das taxas internas de juros para tentar conter a fuga de capitais. Pelo Gráfico VII se percebe este fato, a taxa Selic aumentou para contrarrestar a fuga de capitais. Paralelamente, adotou-se uma política monetária restritiva, fatos que resultaram em ajustes de atuação do Sistema Bancário Privado.

Até 1995, o crescimento do crédito gerou um crescimento do resultado com operações de crédito para os bancos nacionais. Depois de junho/dezembro de 1995 este resultado passa a cair,

ainda que o crédito só tenha caído a partir de junho de 1996. Ou seja, o ganho com o crédito caiu antes gerando um movimento de ajuste no sentido de redução do volume de crédito.

Após a Crise do México houve uma forte perda de liquidez, que atingiu o Sistema Bancário Nacional. O crédito não caiu imediatamente, mas a continuidade da liberação de recursos se deu às expensas de uma captação mais cara pela via administração de passivos (alavancagens múltipla e gerenciamento de reservas) adotadas pelos intermediários financeiros nacionais. As taxas de juros elevadas da política monetária restritiva acabaram por elevar as taxas de inadimplência no setor. Isto, conjugado com o maior gasto na captação e com o fato de que caem os ganhos com títulos e valores mobiliários ( Gráfico VI ), afetou os ganhos de intermediação financeira (Gráfico V ) e a lucratividade como um todo (Tabela V). Esta performance negativa em termo de lucratividade, ademais, foi puxada pelas crises vividas por bancos privados nacionais com causas anteriores ao Plano.

Crescem os créditos em atraso e em liquidação, sendo que cai a rentabilidade dos bancos privados nacionais entre junho de 1995 e junho de 1996 (Tabela V). Eles vão reduzir o papel das operações de crédito sobre o total do ativo e as liberações de créditos passam a cair. Paralelamente, a partir de junho de 1996 as Operações com Títulos e Valores Mobiliários passam aumentar sua participação (Tabela III ). No caso das contas de passivo (Tabela IV ), verificamos que os depósitos apresentam sempre patamares superiores a 30% do total, sendo que em dezembro de 1994 são responsáveis por 52,93%. Em relação às obrigações externas, estas se configuram como a segunda conta mais importante do Passivo e apresentam um crescimento em sua importância após a abertura financeira, atingindo o patamar de 15,35% em dezembro de 1996.

No que tange à análise dos bancos estrangeiros, há diferenças importantes que definem resultados um pouco distintos entre os dois segmentos, principalmente após a crise do México.

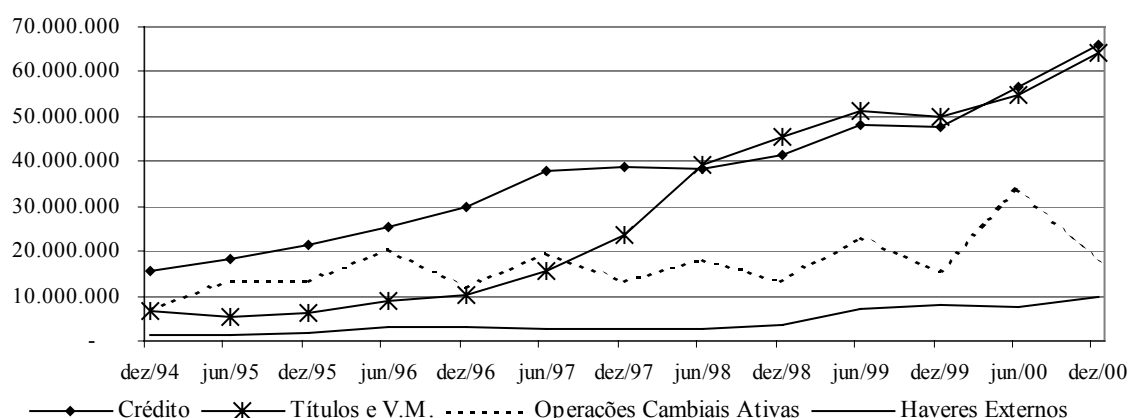
Quando vamos analisar o ativo dos balancetes destes bancos observa-se que também ocorreu o movimento de expansão do crédito e este movimento é seguido de perto pela expansão das operações cambiais ativas, que até 1997 tiveram uma participação mais importante sobre o total do ativo do que as aplicações com títulos e valores mobiliários. Esta é uma diferença com relação as operações de ativo dos Bancos Nacionais.

Quanto às contas do passivo, verificamos que houve também uma performance diferenciada para os bancos estrangeiros, na medida em que as obrigações externas e contas cambiais têm um papel mais importante no passivo dos bancos estrangeiros do que nos dos bancos privados nacionais. Somado-se ao fato de que nas operações ativas as aplicações cambiais têm uma maior importância no ativo, verifica-se que isto gerará impactos diferenciados entre um segmento e outro, quando as operações de crédito começam a apresentar problemas após a crise do México.

No caso dos bancos privados estrangeiros observamos também a reestruturação da composição do ativo, só que essa operacionalidade é um pouco diversa, na medida em que não se verificou uma queda nos montantes liberados para operações de crédito no mesmo período (1996). Ocorre que eles não foram atingidos tão abruptamente pela questão da inadimplência, pois até aí ainda não havia ocorrido a principal fase do movimento de fusões e aquisições e grande parte dos bancos estrangeiros operavam ainda com operações de atacado e não de varejo.

A performance diferente, que contrabalançou os problemas enfrentados com as operações de crédito após a crise do México se relaciona ao fato de que as operações cambiais ativas tiveram uma alta participação sobre o total do ativo no período em questão (Tabela VI). Paralelamente, do lado do passivo verificamos também uma maior operação com câmbio em termos de captação, no período considerado as obrigações externas apresentaram patamares semelhantes daqueles observados pelo total de depósitos (Tabela VII). Os bancos privados estrangeiros apresentaram uma rentabilidade crescente: 2,77% no primeiro semestre de 1995 e chegando a 6,41% no primeiro semestre de 1996 (Tabela VIII).

**GRÁFICO VIII - BANCOS ESTRANGEIROS – PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO (Valores constantes dez/00 em R\$mil)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**TABELA VI - BANCOS ESTRANGEIROS – Ativo/ participação das principais contas (%)**

	Operações de Crédito	Títulos e V.M.	Operações Cambiais Ativas	Haveres Externos
<b>Dez/90</b>	40,38	5,69	14,48	6,37
<b>Dez/91</b>	33,72	5,29	16,60	1,29
<b>Dez/92</b>	32,77	5,88	20,34	5,64
<b>Dez/93</b>	33,24	6,13	18,42	4,19
<b>Dez/94</b>	33,21	14,32	14,56	3,14
<b>Dez/95</b>	32,12	9,62	19,94	2,39
<b>Dez/96</b>	34,67	11,91	14,14	3,66
<b>Dez/97</b>	27,13	16,58	9,38	2,03
<b>Dez/98</b>	25,41	27,83	8,21	2,15
<b>Dez/99</b>	26,18	27,33	8,61	4,37
<b>Dez/00</b>	29,22	28,55	7,79	4,27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

**TABELA VII - BANCOS PRIVADOS ESTRANGEIROS –Passivo/ participação das principais contas (%)**

	Obr Contas Cambiais	Obrigações externas	Total de Depósitos
Dez/90	0,07	9,96	36,65
Dez/91	0,36	10,76	43,85
Dez/92	14,21	35,35	39,33
Dez/93	14,65	34,96	36,66
Dez/94	14,99	25,10	43,27
Dez/95	18,67	28,52	34,77
Dez/96	13,73	26,93	30,34
Dez/97	9,42	21,13	33,64
Dez/98	9,35	22,01	40,79
Dez/99	10,85	22,26	35,30
Dez/00	9,10	18,58	33,84

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

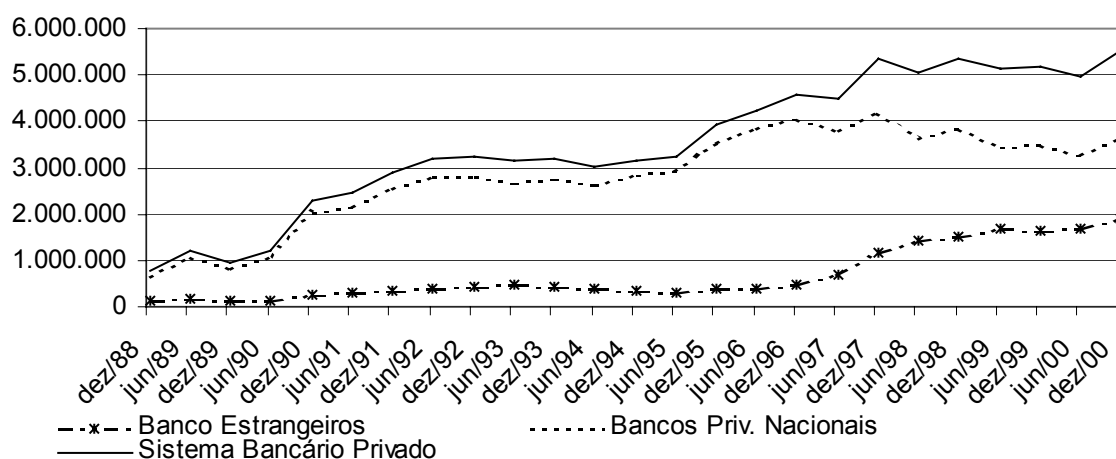
**TABELA VIII –RENTABILIDADE DOS BANCOS ESTRANGEIROS (%) (Resultado do primeiro semestre de cada ano).**

Ano	jun/89	Jun/90	jun/91	jun/92	jun/93	jun/94	jun/95	jun/96	jun/97	jun/98	jun/99	jun/00
Rentabilidade	11,93	10,39	-1,93	-0,04	0,00	0,00	2,77	6,41	6,31	-5,60	17,90	3,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

Os dados referentes às contas de resultado nos esclarecem ainda mais esta diferença de performance. As receitas com operações de crédito diminuem mais significativamente para os bancos privados nacionais, dado que a inadimplência atinge mais fortemente estas instituições que concentraram a oferta de créditos.

No que tange a esta questão, é preciso observar que entre 1993 e 1997 houve uma expansão dos bancos estrangeiros, sendo que os principais bancos de varejo antes de encerrado este processo eram os Bancos Nacionais (privados e públicos). Enquanto que os bancos estrangeiros apresentaram um saldo de R\$18.240.519.000 de operações de crédito em junho de 1995, os bancos privados nacionais apresentaram liberações de ordem de R\$104.620.343.000. Foram estes bancos de varejo que expandiram sobremaneira o crédito (em especial, o crédito para consumo).

**GRÁFICO IX - RECEITAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO (Valores constantes dez/00 em R\$mil)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

Do lado dos bancos estrangeiros estes impactos de má performance não se fizeram sentir na mesma medida. A inadimplência não foi tão problemática, tendo em vista o perfil dos clientes e a distribuição diferenciada das operações de ativo e passivo. Não houve queda abrupta do resultado com operações de crédito (Gráfico V). Ademais estes bancos efetuaram operações mais pesadas com câmbio e o resultado com títulos e valores mobiliários não apresentou também uma queda para este segmento (Gráfico VI).

Mesmo considerando a diferença entre os dois segmentos analisados, destacamos que nos primeiros anos do plano de estabilização, os bancos como um todo se ajustaram aumentando as operações de crédito ao setor privado, o que compensou a perda das receitas com o *floating*. Confirma-se a existência de uma expansão do crédito entre fins de 1994 e 1996. Isto se explicitando, tanto pelos dados dos bancos privados estrangeiros quanto nacionais, medidos em reais deflacionados pelo IGP- DI centrado.

O outro ajuste do Sistema ainda não comentado refere-se ao crescimento dos gastos com serviços, tendo-se verificado a elevação das tarifas e cobranças por serviços que anteriormente não eram cobrados. É interessante destacar que as receitas de serviços sobem acentuadamente logo após a implementação do Plano Real, conforme podemos constatar pelo Gráfico IX.

Após a crise do México e de seus impactos negativos, especialmente sobre os bancos privados nacionais verifica-se então um ajuste do Sistema Bancário, que se faz sentir a partir do final de 1996 e que foi no sentido de perda da participação das operações de crédito sobre o total do ativo.

## **2.2 SEGUNDA FASE: queda no volume do crédito e crescimento das aplicações com títulos públicos (1997 a 1998).**

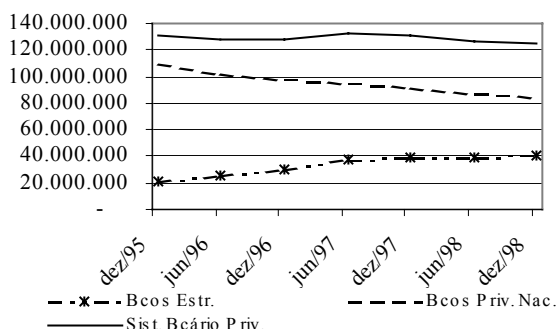
A partir desta fase, se tomarmos a análise do total do Sistema Bancário Privado verificaremos que as operações de crédito perdem participação no ativo a partir de 1996, fato já comentado, e crescem um pouco no início de 1997. A partir do fim de 1997 após a deflagração da crise da Ásia se verifica uma modificação mais abrupta de performance, as operações de crédito voltam a cair continuamente. Ao mesmo tempo expandem-se fortemente as aplicações com títulos e valores mobiliários (Gráfico X e XI).

Imediatamente após a deflagração da crise da Ásia geram-se os impactos sobre os juros já citados anteriormente e além do mais a incerteza vigente afeta o perfil da colocação dos títulos públicos. O Cupom Cambial subiu no período da crise (final de 1997) e os aplicadores, dentre os quais o Sistema Bancário começaram a exigir a volta da pós-fixação.

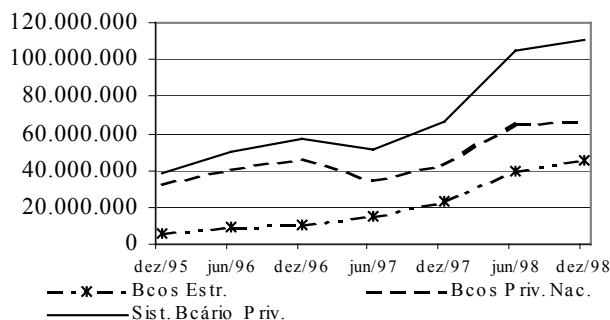
É neste período que indicamos o fato de se encerrar uma das fases da análise da atuação dos bancos privados e se abrir outra, que destaca a volta de operações mais especulativas do Sistema.

### Segunda fase:1997/1998 (Valores constantes dez/00 em R\$mil)

**Gráfico X-Total de operações de crédito**



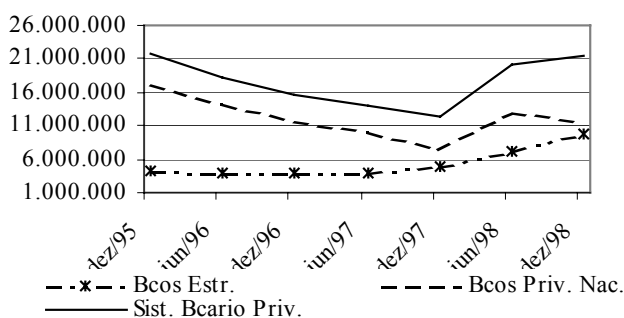
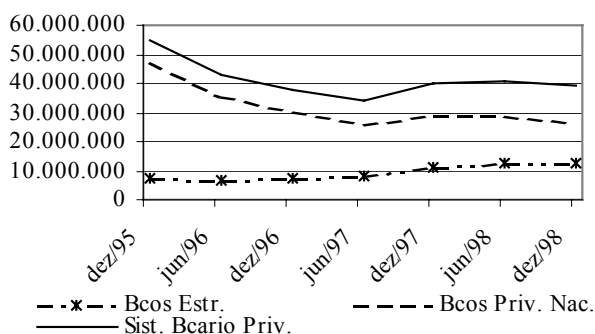
**Gráfico XI-Operações com Títulos V. M.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

### Segunda fase:1997/1998 (Valores constantes dez/00 em R\$mil)

**Gráfico XII-Resultado com operação de crédito**      **Gráfico XIII-Resultado com Títulos e V. M.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

Os bancos vão paulatinamente mudando seu perfil operacional. Aumentam mais agressivamente suas aplicações em títulos e valores mobiliários em detrimento das operações de crédito. Os ganhos com títulos e valores mobiliários começam a crescer graças ao ajuste efetuado.

Os bancos, na verdade, são os grandes compradores de títulos públicos e que passam a exigir que estes títulos voltem a ser pós-fixados: corrigidos pela variação dos juros e pela variação do câmbio, neste último caso para dar *hedge* a quem tinha se endividado em câmbio – caso dos bancos privados<sup>2</sup>.

A partir das crises da Ásia e da Rússia a composição da dívida mobiliária federal muda de perfil verificando-se um decréscimo da participação dos títulos pré-fixados no total da dívida pública, que passou de 55,6% em maio de 1998 para a apenas 3,5% no final deste mesmo ano. Ao

<sup>2</sup> Especialmente dos bancos estrangeiros conforme indicamos anteriormente (Tabela 6). De fato, pelo que observamos, estas obrigações externas ingressaram fortemente até o primeiro semestre de 1999. Foram destinados às operações de desconto de letras de exportação, financiamentos, ao comércio exterior e também em aplicações em títulos e valores mobiliários (Puga, 1999)



mesmo tempo, os papéis cambiais e os títulos indexados à Selic apresentaram um crescimento. A participação dos títulos públicos federais pós-fixados-Selic chegou a 65,7% em setembro de 1998 alcançando 69,1% em dezembro do mesmo ano (Gráfico III).

Tendo em vista a forte compra de títulos públicos após 1997, o Sistema Bancário teve grandes ganhos tanto na Crise da Ásia, quanto na crise da Rússia. No fim de 1998 os bancos já previam a desvalorização do câmbio: compraram títulos indexados ao dólar, assumiram posições compradas na moeda americana (participações das obrigações externas sobre o passivo é alta); utilizaram contratos futuros de DI e dólar na Bolsa de Mercadoria e Futuro para proteger seus clientes; compraram os títulos públicos cambiais. Quando, então, veio a desvalorização, eles já estavam protegidos. Ganham com as aplicações em títulos e valores mobiliários indexados à Selic. A taxa Selic que foi de 19,2% em agosto de 1998 subiu para 34,3% em setembro, alcançando o patamar de 41,6% em outubro. Paralelamente geravam-se impactos sobre os juros cobrados na ponta dos empréstimos o que levou a um maior ganho com operações de crédito.

Podemos então notar o crescimento contínuo do ganho com títulos e valores mobiliários. Paralelamente destacamos também o crescimento de rentabilidade proveniente das operações de crédito à despeito de os mesmos não terem se expandido quanto à liberação de crédito.

Quando vamos fazer a análise por segmentos podemos qualificar melhor o movimento em questão. No caso dos bancos privados nacionais se observou uma queda do crédito no período considerado, enquanto que caso dos bancos estrangeiros estas operações tiveram um pequeno aumento e se mantiveram estáveis posteriormente. Estes dados devem ser qualificados, pois parte da queda dos empréstimos detectada no primeiro segmento se deveu ao fato de que alguns dos bancos privados nacionais foram incorporados por bancos estrangeiros. Para se ter uma idéia, em junho de 1993 havia 37 bancos estrangeiros no país e em junho de 1997 este número havia subido para 45 (havendo 145 bancos privados nacionais).

Para o Sistema como um todo houve um decréscimo dos valores liberados, ainda que se deva observar que este decréscimo não tenha sido substancial. Paralelamente, observa-se o crescimento das aplicações com títulos e valores mobiliários (Gráfico XI).

A questão principal que queremos destacar é que após a crise do México, mas com força maior e definitiva após a crise da Ásia (1997), muda a estratégia de aplicação do Sistema Bancário Privado. Na fase em questão, paulatinamente decresce a participação das operações de crédito sobre o total do ativo, aumentando paralelamente as aplicações com títulos e valores mobiliários. Em 1998 o Sistema Bancário já havia voltado a apresentar um perfil operacional semelhante àquele que

---

se apresentava para o Sistema como um todo no final dos anos 80, em que se privilegiavam as operações em Títulos e Valores Mobiliários.

Esta performance de crescimento da participação desta última aplicação pode ser percebida tanto para os bancos privados nacionais, quanto para os bancos estrangeiros, sendo que os últimos apresentaram uma atuação inclusive mais agressiva (Tabela III e VI).

No caso dos bancos estrangeiros verificamos que em 1998 este tipo de aplicação supera a queda relativa à oferta de crédito. Entre 1997 e 1998 caem relativamente as aplicações de operações cambiais ativas. Para estes Bancos é interessante observar que o resultado com títulos e valores mobiliários vai se aproximando em valor dos ganhos com operações de crédito. Em dezembro de 1998 os ganhos com títulos somavam R\$9.766.255.000 e os ganhos com crédito R\$12.866.638.000 (Gráfico XII e XIII).

Ainda com relação aos resultados com Títulos e Valores Mobiliários, verificamos que o saldo dessas operações para bancos estrangeiros vai se aproximando daquele auferido pelos bancos privados nacionais. Esta observação é importante, pois em dezembro de 1998 os bancos privados nacionais aplicaram R\$65.830.576.000 em títulos e valores mobiliários, obtendo um resultado com estas operações no semestre no valor de R\$11.849.658.000 já os bancos estrangeiros no mesmo período aplicaram R\$45.260.123.000, obtendo um resultado no valor de R\$9.766.255.000. Podemos perceber que foi este último segmento o que mais ganhou relativamente com as operações com títulos públicos.

Por outro lado, no que tange aos bancos privados nacionais, verifica-se que, a despeito de os mesmos terem reduzido a oferta de empréstimos, continuam sendo eles os que lideram o resultado das operações de crédito (Gráfico XII).

Para os bancos privados nacionais a performance das aplicações em crédito e títulos e valores mobiliários é basicamente a mesma, só que no caso deste segmento as aplicações em títulos não superam as aplicações de empréstimos (Gráfico IV). Outra questão importante é que o percentual de aplicações em operações cambiais ativas e haveres externos é bem menor do que aquela verificada para o caso dos bancos estrangeiros (Tabela IV e VII). Aliás, para o caso destes últimos continua havendo uma alta captação nas obrigações por contas cambiais e obrigações cambiais externas, o que não se verifica para os bancos privados nacionais em que a captação via depósito, via de regra, está acima de 40% do passivo (Tabela IV ).

É então interessante observar que, a despeito da queda no crédito, o resultado com operações de crédito que se apresentava decrescente desde dezembro de 1995 cresce a partir de junho de 1997.

O que queremos caracterizar como comum ao segmento dos bancos privados (nacionais e estrangeiros) nesta fase é: (i) A queda do patamar do crédito e da participação do crédito vis a vis à

aplicações com títulos e valores mobiliários como componentes do ativo bancário, indicando uma mudança na operacionalidade do Sistema; (ii) o alto patamar da rentabilidade nos momentos de crise econômica; (iii) o fato de que esta rentabilidade veio do crescimento dos resultados com operações de crédito (mesmo considerando o patamar mais baixo) e de aplicações com títulos e valores mobiliários.

### 2.3 A TERCEIRA FASE: a crise cambial e a continuidade do ganho com títulos e valores mobiliários.

A outra fase que destacamos é, de fato, uma extensão da anterior, e se refere ao período que compreende a desvalorização do Real em 1999 até o final do ano de 2000, quando se encerra a pesquisa que nos propusemos a fazer. Destacamos este período como uma nova fase porque os créditos totais voltam a crescer, ainda que em baixos patamares (Gráfico XIV).

#### Terceira fase: 1999/2000 (Valores constantes dez/00 em R\$mil)

Gráfico XIV-Total de operações de crédito

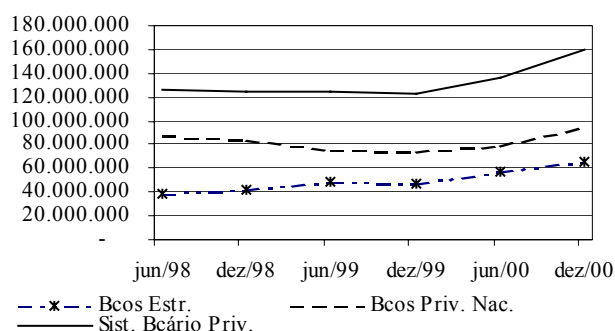
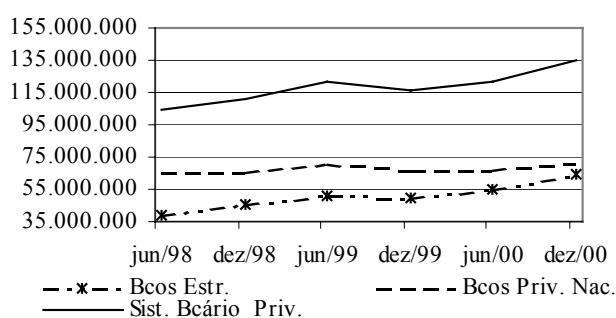


Gráfico XV-Operações com Títulos e V. M



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

#### Terceira fase: 1999/2000 (Valores constantes dez/00 em R\$mil)

Gráfico XVI-Resultado c/ operações de crédito

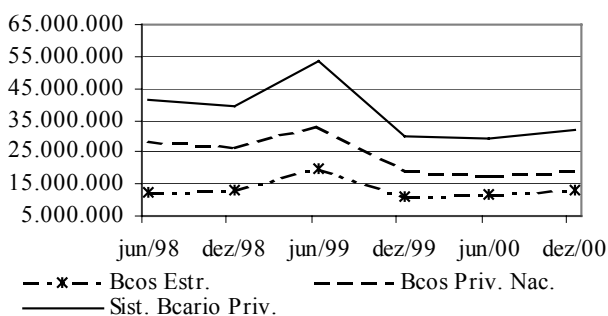
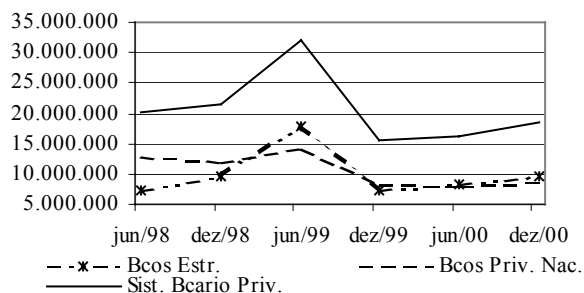


Gráfico XVII-Resultado com Títulos e V. M.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEPEC-Dimob, Banco Central.

Indica-se a performance de maior oferta de crédito por parte dos bancos estrangeiros e em termos dos bancos privados como um todo, observa-se uma expansão do crédito um pouco mais acelerada em 2000.

Paralelamente, crescem também as aplicações com títulos e valores mobiliários. Em dezembro de 2000, para um patamar de R\$160.082.816.000, aplicados em crédito foi aplicado um total de R\$134.880.927.000 em títulos e valores mobiliários. No caso dos bancos estrangeiros o patamar de aplicações em títulos ultrapassa as aplicações em crédito no período de junho de 1998 e dezembro de 1998, enquanto que no caso dos bancos privados nacionais as operações com créditos continuaram ainda mais relevantes do que as aplicações em títulos e valores mobiliários apesar desta última aplicação também ter crescido.

É interessante comentar que são os bancos privados nacionais os que aplicam maior volume de capital em operações com títulos e valores mobiliários, mas são os bancos estrangeiros que obtêm a maior rentabilidade nessas operações em junho de 1999 (Gráfico XVII). Pela participação dessas operações sobre o ativo, temos que para os bancos estrangeiros a participação dos títulos e valores mobiliários ultrapassa a participação das operações de crédito no final de 1998 e em 1999.

O que se percebe é que, em meio à instabilidade cambial, o setor bancário soube aproveitar o ambiente favorável para os lucros com especulações, o que garantiu às instituições financeiras excelentes resultados para 1999. No referido ano, a alta rentabilidade do setor deveu-se assim a operações de tesouraria. Na verdade, com a desvalorização do Real os resultados conseguidos pelos bancos foram expressivamente maiores do que os verificados nos anos anteriores.

A alta rentabilidade com títulos públicos que passou a ocorrer a partir daí esteve também ligada ao fato de que estes títulos passaram a oferecer correção pós-fixada e cambial após a crise da Ásia em 1997. Destaca-se que a oferta de títulos cambiais na ocasião se efetuou justamente com o intuito de oferecer *hedge* aos que tinham passivos em dólares, dentre os quais estava o Sistema Bancário. De qualquer forma, há que se destacar que as obrigações externas dos bancos foram sendo destinadas às operações de desconto de letras de exportação, financiamentos do comércio exterior e aplicações em títulos e valores mobiliários (Puga, 1999).

Desse modo, nos momentos de instabilidade do cenário econômico, acompanhados pela alta dos juros, os bons desempenhos dos bancos têm sido garantidos pelos resultados com títulos e valores mobiliários, principalmente por títulos federais e por operações contas cambiais. As operações de crédito apesar de não conseguirem se expandir para patamares maiores apresentaram bons resultados devido aos elevados *spreads*, por conta da elevação dos juros cobrados em tempos de instabilidade e que posteriormente não apresentaram intenção a cair.

Como vimos, os bancos estrangeiros seguiram a lógica especulativa dos bancos nacionais, sendo que foram inclusive mais agressivos no ganho com as operações alternativas. Foi o caso dos ganhos com operações de tesouraria quando estes bancos apostaram na desvalorização do Real.

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Neste trabalho levantamos as mudanças institucionais que se estabelecem após a estabilização articulada à abertura financeira, e destacamos como fato novo a mudança da estrutura de propriedade dos bancos, com maior participação dos bancos estrangeiros e menor participação de bancos estaduais; esquema este articulado a novas práticas financeiras que trabalham com alavancagem multifuncional de recursos, securitização, desregulamentação e forte aproximação entre mercado de créditos de capitais.

Apesar de considerar este movimento, o que estamos querendo observar com o estudo realizado é que o caminho desta nova conformação é conservador, sendo que estes ajustes também não indicam uma reforma do Sistema, no sentido de que haja uma assunção, pelo setor privado, de uma alavancagem de recursos mais efetiva, tanto em termos de valores liberados, quanto em termos de prazo, como também em termos do nível dos juros cobrados.

De acordo com os dados que levantamos, os bancos estrangeiros ingressantes estão desenvolvendo essencialmente a mesma lógica dos bancos privados nacionais, contrariando o discurso daqueles que advogam a favor de que estes bancos poderiam trazer vantagens tais como a redução de taxas de juros e expansão do volume de empréstimos em condições mais atraentes.

Sem dúvida o ingresso destes bancos aumenta a concentração bancária e leva a uma maior busca de “eficiência”, no sentido entendido pelo mercado, ou seja o de se trabalhar com custos operacionais mais baixos. Os bancos estrangeiros que entraram já vêm demonstrando este movimento.

No entanto, destacamos que os bancos estrangeiros não atuam de uma forma diferenciada e, tanto eles quanto os bancos privados nacionais, não tenderão a aumentar o volume de crédito a um custo reduzido, devido a características peculiares da economia brasileira, que envolve um mercado de títulos públicos que garantem grande rentabilidade e sem riscos. Isto sem esquecer o fato de que o Estado continuou assumindo o ônus das possíveis perdas decorrentes da mudança de sinal dos indexadores. Além do mais, vimos também a possibilidade que especialmente os bancos estrangeiros têm de lucrar com operações de arbitragens de juros e cambio.

Então, com a possibilidade de atuar em um mercado tão vantajoso, como é o mercado de títulos do Brasil e o de divisas, e tendo em vista o poder do sistema bancário em exigir o perfil que melhor lhes apraz para os títulos públicos (são eles os grande compradores), os bancos privados

brasileiros estrangeiros aderem à prática bancárias brasileira, tendo altos ganhos especulativos em detrimento da oferta de empréstimos ao setor privado, a baixo custo.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARONOVICH, Selmo. A reestruturação bancária internacional: experiência recente e possíveis desdobramentos. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, nº12, p. 195-226, dez.1999.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro (1998). “Crédito e inadimplência do Sistema Financeiro Nacional – evolução recente”. **Boletim Conjuntural**, nº 42. Rio de Janeiro: IPEA, jul.

CINTRA, M. A. M. (1998) “A montagem de um novo regime monetário-financeiro nos Estados Unidos: 1982-94. In: CINTRA, M. A.; FREITAS, M. C. P. **Transformações institucionais dos sistemas financeiros: um estudo comparado**. São Paulo: FUNDAP: FAPESPE, 1998, p. 177-248.

CORAZZA, Gentil (2000). “Crise e reestruturação bancária no Brasil”. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia**, Campinas.

FREITAS, Maria Cristina Penido de.(1999) “Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro”. In: FREITAS, M. C. P. de (org). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap: Fapesp; Brasília: Ipea.

MENDONÇA DE BARROS, José R. & ALMEIDA JR, Mansueto F.(1997) “Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil”. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, maio de 1997.

MINSKY, H. P. (1986). **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press.

PASTORE, Affonso Celso (1998). “A política macroeconômica que leva a menor vulnerabilidade da moeda e a um ciclo de crescimento sustentado” – Fórum Nacional: O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século

De PAULA Luis Fernando Rodrigues. Expansion Strategies of European Banks to Brazil and Their Impacts on The Brazilian Banking Sector. In: **XXIX Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**, Salvador. **Anais...** Salvador, 2001. CR-ROM.

De PAULA, Luiz Fernando Rodrigues; ALVES JÚNIOR, Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme (2000). “Ajuste Patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real”. **Anais do V Encontro de Economia Política**

PUGA, Fernando Pimentel (1999). “Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial”. **Texto para discussão do BNDES**, nº 68, mar. 1999. p. 411-465.

SOARES, Ricardo Pereira (2001). “Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação”. **Texto para discussão do IPEA**, nº 808. Brasília, jul.

TAVARES, Maria da Conceição (1998). “A Economia Política do Real” – Unicamp, Campinas. Mimeo, 1998.

VASCONCELOS, Marcos Roberto; STRACHMAN, Eduardo; FUCIDJI, José Ricardo. Transformações mundiais do setor bancário. Algumas lições para os países em desenvolvimento. In: **XXVIII Encontro Nacional de Economia** (ANPEC), 2000, Campinas. **Anais...** Campinas, 2000. CD-ROM.